



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

57ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

24 de abril de 2017

BRASÍLIA-DF
2016

1 Ao vigésimo quarto dia e vigésimo quinto dia de abril de dois mil e dezessete, reuniu-se no
2 Auditório da Secretária de Planejamento e Formulação de Políticas da SEPPIR, SEPN Quadra 514,
3 Bloco C, Lote 8, Asa Norte, Brasília/DF, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da
4 Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República –
5 CNPIR/SEPPIR/PR, para a sua quinquagésima sétima Reunião Ordinária com a participação dos
6 seguintes Conselheiros e Conselheiras representante de entidades da Sociedade Civil, **no biênio**
7 **2017 – 2018: Adeildo Araújo Leite, (titular) – MNU; Arilson Ventura (titular) – CONAQ**
8 **Dandara Tonantzin Silva Castro (titular) – ENEGRECER; Henoc Pinto Neves (titular) –**
9 **Tikuna Içaense; José Carlos Silva - Calon (titular) – CEDRO; Carlos Moura (Suplente) –**
10 **CNBB; Rodger Richer de Santana (titular) – UNE; Milton Santos (titular) – Rede Afro**
11 **LGBT; Nuno Coelho de Alcântara Júnior (titular) – APN's; Edmar Barbosa – Mãe Tuca**
12 **(suplente) – Casa da Cultura Ilê Asé D'Osoquiã; Jorge Henrique do Nascimento (suplente) -**
13 **GALCUNE; Iêda Leal de Souza (titular) – CUT; Luana Carolina Martins (titular) –**
14 **FENAFAL; Lucimara Calvacante (suplente) – AMSK; Anna Benite (titular) – ABPN; Ualid**
15 **Rabah (titular) – FEPAL; Dandara Lucas Pinho – Notótio Saber; Ana Paula Campos Braga**
16 **franco (suplente) – MDSA; Luiz Carlos de Lima (titular) – Ministério da Integração**
17 **Nacional; Ana Karyna Barros Sobral (titular) – MPOG; Carolina Conceição Nascimento**
18 **(suplente) – FC Palmares; Maria Auxiliadora Lopes (suplente) – MEC; Ana Paula Tongo**
19 **(suplente) – SPM/PR; Mauro Oliveira Pires (suplente) – MMA; Manoela Dutra Macedo**
20 **(titular) – Casa Civil; Flávio Aduino Fenólio (suplente) – M. da Cultura; Ircílio**
21 **Chissolucombe (titular) – MCTIC; Eliane da Silva Souza Pequeno (suplente) – FUNAI.**

22 O Secretário da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR
23 Juvenal Araújo Júnior, declarou aberto os trabalhos, apresentando-se como novo Secretário da
24 SEPPIR, e também apresentou a mesa diretora de sua atual gestão.

25 Ao apresentar a ordem do dia com a leitura das Atas das reuniões anteriores, o Conselheiro Nuno
26 Coelho – APNS pediu para que fosse dispensada a leitura da ata, sendo a proposta aprovada pelos
27 demais conselheiros. A proposta foi que ao decorrer da reunião, caso alguém tivesse alguma objeção
28 a fazer para retificação da ata, apresentassem a mesa. As duas atas apresentadas foram aprovadas
29 pelo Pleno.

30 A Secretária Executiva Sra. Gabriela Cruz leu a ordem do dia com as seguintes pautas: leitura e
31 aprovação da 56ª reunião ordinária, a leitura e aprovação da ata da primeira extraordinária, análise
32 situacional da gestão da SEPPIR, apresentação do planejamento estratégico da SEPPIR, discussão
33 da organização da quarta conferência, indicação do pleno para composição dos conselheiros que
34 irão compor a coordenação executiva e as subcomissões para realização da IV CONAPIR,
35 aprovação do regimento interno da IV CONAPIR, análise técnica sobre eixos e linhas temáticas,
36 parecer do grupo de trabalho regimento e decreto, informes gerais e o encerramento. O Presidente
37 Juvenal Araújo iniciou os trabalhos, ressaltando que seria o mais transparente possível e em
38 conjunto com o Conselho, realizará as ações e efetivar as políticas públicas em prol da igualdade
39 racial.

40 O Presidente Juvenal apresentou a atual situação da SEPPIR, e também as questões que envolvem a
41 IV CONAPIR. Cada área finalística da SEPPIR, apresentou as ações desenvolvidas e as prioridades.
42 A Secretaria de Ações Afirmativas representada pela Secretária Substituta da SPAA Sra. Gabriela
43 Cruz, destacou a retomada do Plano Juventude Viva, as consultorias em parceria com a ONU, e o
44 monitoramento da lei de cotas. Enfatizando que a SEPPIR, acompanha as bancas de verificação, o
45 fortalecimento dos NEABS, e a conquista da portaria do quesito raça cor em todo o sistema de
46 informação do SUS. Ressaltou que a portaria do quesito raça cor, foi uma grande articulação da
47 SEPPIR com o Ministério da Saúde. Além do quesito raça cor, Gabriela Cruz ressaltou o trabalho
48 efetivo com o Ministério da Saúde na participação do Comitê Técnico de Saúde da População
49 Negra, a construção do III Plano Operativo, a capacitação dos trabalhadores de saúde, a construção
50 conjunta entre SEPPIR e MS de um manual de Orientações Técnicas para gestores de saúde, e o
51 levantamento das pesquisas em saúde da população negra para realização da Oficina de
52 Pesquisadores em saúde da população negra e todas as articulações com os entes federados para a

53 implementação da PNSIPN. O Presidente Juvenal também destacou a parceria firmada com a
54 Secretaria Nacional da Assistência Social, para assinatura do Termo de Cooperação que visa
55 trabalhar a Política de Promoção da Igualdade Racial no Sistema Único da Assistência Social
56 (SUAS).

57 Logo a Gerente de Projetos Sra. Bruna Lopes, da Secretaria de Povos Tradicionais (SECOMT)
58 apresentou as ações da Secretaria, destacando o programa Brasil Quilombola, a retomada das
59 reuniões do comitê gestor de agenda social do comitê quilombola, ressaltando que a última reunião
60 deste comitê aconteceu em 2015. Bruna destacou que, outra questão estão trabalhando muito é o
61 acompanhamento e monitoramento de ações referentes à gestão territorial e ambiental. Ressaltou
62 que a intenção da gestão, é de fortalecer os PBQs estaduais, e oferecer o aparato técnico para
63 aqueles que ainda não implementaram os PBQs nos estados. A gerente também falou das diretrizes
64 para o primeiro plano nacional de políticas para os povos ciganos 2016/2019, o compromisso é
65 desenvolver uma gestão estratégica e operacional de forma participativa. Nesse sentido, o objetivo é
66 instaurar as câmaras temáticas para discutir essas diretrizes por meio de reuniões do grupo de
67 trabalho que foi instituído na gestão anterior, enfatizou que a meta é aumentar a articulação com a
68 sociedade civil para discussão. Bruna apresentou o segundo plano de matriz que segue essa mesma
69 linha, dos povos ciganos. Ressaltou sobre a criação de instrumentos de monitoramento e execução
70 dessa política, e o Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Paraná para
71 desenvolvimento de um sistema de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial,
72 com o módulo de matriz africana e terreiros. Por fim falou das discussões da SEPPIR e Ministério
73 do Desenvolvimento Social e Agrário, e com a CONAB que trata das discussões da política de
74 distribuição de cestas básicas. A responsável pela Assessoria de Assuntos Federativos Sra. Andréa
75 Valentim, finalizou a apresentação, falando do empenho da SEPPIR em aumentar o número de
76 adesões ao SINAPIR. Ressaltou que para isso, o trabalho desenvolvido é de contato direto com os
77 entes federados. O Presidente Juvenal Araújo, ressaltou a baixa adesão destes anos todos ao
78 Sistema, falando que uma das suas prioridades de sua gestão é adesão ao SINAPIR, e a retomada do
79 PLANAPIR. Os conselheiros fizeram comentários e tiraram dúvidas sobre as apresentações
80 encerrando a reunião do período da manhã. No período da tarde, o presidente Juvenal Araújo Junior,
81 abriu os trabalhos verificando o quorum e prosseguindo com a pauta de análise situacional da atual
82 gestão da SEPPIR. O Presidente ressaltou a importância de todos saberem da realidade da
83 Secretaria. Apresentou a LOA com o orçamento de 2016, que era de 34 milhões, enfatizando que
84 em 2017 o recurso da SEPPIR, ficou em 29 milhões. Disse que segundo a LOA, o valor autorizado
85 para empenho em 2016 que era de 26 milhões, em 2017 foi empenhado 18 milhões e as despesas
86 administrativas que eram de 9 milhões e 500 mil, em 2017 foi para 9 milhões 958 mil. Nas áreas a
87 disponibilidade orçamentária da Secretaria de Ações Afirmativas em 2016, eram de 8 milhões, em
88 2017 o orçamento caiu para 2 milhões e 800 mil. A Secretaria de Povos tradicionais que era de 2
89 milhões e 900 mil caiu para 2 milhões 289 mil. Dos assuntos federativos que era de 2 milhões 777
90 mil em 2016 caiu para 1 milhão 450 mil. A assessoria de comunicação que era de 710 mil ela foi
91 para 880 mil reais e a ouvidoria que era de 2 milhões e 69 mil caiu para 1 milhão 157 mil. A Sra.
92 Andréa Valentim apresentou a estrutura funcional da SEPPIR, expondo que, dentro do gabinete da
93 SEPPIR não há nenhum servidor, mas que há um cargo comissionado que no caso é a chefe de
94 gabinete, dois estagiários e três terceirizados num total de seis pessoas no gabinete. Na SPAA,
95 existe sete servidores, sendo que os servidores estão entre os ATPS, e os servidores que são cedidos
96 para a secretaria. Ressaltou que não há nenhum cargo comissionado daquele que não tenha vínculo,

97 quatro estagiários e três terceirizados totalizando quatorze pessoas. Andréa disse que na SECOMT,
98 há cinco servidores em ATPS e cedidos, três cargos comissionados, dois estagiários e dois
99 terceirizados totalizando doze pessoas. Na ASASF, disse que há dois servidores, um cargo
100 comissionado, um estagiário e um terceirizado, totalizando cinco funcionários. Na ouvidoria só há
101 um cargo comissionado, e não há servidores, também conta com dois estagiários e um terceirizado
102 totalizando quatro pessoas. Na parte administrativa da Secretaria, há um servidor e cinco
103 terceirizados totalizando seis funcionários que atuam, que estão atualmente dentro da parte
104 administrativa da SEPPIR inteira. O Presidente Juvenal relatou que essa é a estrutura funcional
105 inteira da SEPPIR, e que na época da III CONAPIR haviam 123 funcionários. O Presidente ainda
106 ressalta que as mudanças que ocorreram com a mudança do Ministério da Justiça para o Ministério
107 dos Direitos Humanos, necessitam de estrutura, o que ainda não ocorreu, sendo que o Ministério
108 dos Direitos Humanos esta contanto com os funcionários da SEPPIR. O Presidente disse que em
109 relação a IV CONAPIR, desde que o decreto foi publicado, uma das ações prioritárias da SEPPIR,
110 foi de solicitar para que na LOA e na PLOA, estivessem designados 10 milhões que era a estimativa
111 feita desde a última CONAPIR. Conforme o Presidente, foi solicitado o empenho através das leis
112 orçamentárias para 2017, ao qual não fomos atendidos. O Presidente ressalta que foram feitos cortes
113 em todos os Ministérios, e que estão criando alternativas viáveis para trabalhar com o cenário atual.
114 O Presidente enfatizou que estava colocando a realidade atual para todos, e diante disso qual seria o
115 norte de tudo. Enfatizou que essa situação foi apresentada para a Presidência da República, e que
116 junto com o Conselho será traçado estratégias para realização da IV CONAPIR. O Presidente
117 Juvenal, ainda deixou claro que o orçamento para IV CONAPIR, deverá ser da SEPPIR, e que a
118 verba destinada para SEPPIR neste momento é somente para custeio, e para as áreas finalísticas
119 executarem as políticas públicas. O Presidente Juvenal antes de abrir para as falas, ressaltou que as
120 principais dificuldades apresentadas são a criação do Ministério de Direitos Humanos, e que foi
121 criado a partir de medida provisória e até o momento não houve estruturação do quadro de
122 funcionários, sendo que o Ministério está contando nesse atual momento, com os funcionários da
123 SEPPIR. Disse que a estrutura funcional, ou seja, a quantidade de funcionários não atende a
124 demanda da conferência. Ressaltou a preocupação com a questão da normativa da conferência, o
125 atraso do preparo do material que subsidia a conferência, além do regimento interno.

126 O Presidente Juvenal, passou a palavra para Secretária da SEPLAN Sra. Laura, que apresentou
127 algumas explicações em relação à composição do orçamento. Laura disse que o orçamento da
128 SEPPIR, veio dentro do orçamento do Ministério da Justiça, assim como de todas as outras
129 secretarias desde o início deste ano. Disse que preservado o encaminhamento dentro da LOA do
130 orçamento de 2016. No entanto, quando houve o decreto, veio uma parte do contingenciamento do
131 Ministério da Justiça, e que o Ministério dos Direitos Humanos ainda não tem orçamento. A
132 secretária ressaltou, que já haviam solicitado um acréscimo no orçamento por conta da IV
133 CONAPIR, mas que não conseguiu nenhum recurso para a realização do evento, tão pouco para
134 manter as ações mínimas que a SEPPIR precisa desenvolver. O Conselheiro Adeildo Araújo -
135 Movimento Negro Unificado, manifestou – se dizendo que esta era uma decisão política e não
136 orçamentária, pois o governo que está decidindo não fazer a conferência, e que foi o governo que
137 decidiu ter um contingenciamento de 20 anos de congelamento de orçamento. Adeildo indagou
138 como faríamos uma conferência com todo este cenário apresentado. O Conselheiro disse se caso
139 não tivesse a conferência, todos teriam que tomar conhecimento logo, e que esta era uma decisão
140 política. O Conselheiro ressaltou a importância de realizar a Conferência. O Presidente Juvenal, fez
141 uma correção ao Conselheiro Adeildo, dizendo que a conferência ainda está no decreto para
142 novembro, e o que estava mostrando, é que pelo decreto publicado para realização da Conferência,

143 deixou claro que os recursos para realização seriam da SEPPIR. Ressaltou que mesmo pedindo a
144 previsão na LOA, não há recursos para realização do evento.

145 O Conselheiro Nuno Coelho – APN's, manifestou-se dizendo que concordava com o Conselheiro
146 Adeildo – MNU, porque mesmo com o cenário apresentado com a redução de servidores, a gestão
147 deve separar as coisas, pois uma coisa era a vida útil da SEPPIR em seu cotidiano, outra coisa era a
148 IV Conferência. Nuno ressaltou que a SEPPIR tem um orçamento previsto, e que outra coisa era o
149 orçamento específico para conferência. O Conselheiro disse que a mão de obra da conferência era
150 toda do pleno. O conselheiro também enfatizou que nas conferências anteriores, além do pleno, a
151 SEPPIR buscou apoio de Universidade Federal, e que a Universidade de Santa Catarina participou
152 do processo da terceira conferência. Disse que na época, haviam pessoas contratadas para poder
153 trabalhar na conferência. O conselheiro disse que teríamos que buscar os 10 milhões e correr atrás, e
154 que o Presidente se ocupasse do CNPIR, para angariar este recurso com os parlamentares, e demais
155 articulações que fossem necessárias. Nuno sugeriu que o pleno emitisse uma resolução para
156 conferência ser prioritária, enfatizando que em 2018, é ano de eleição e que não conseguiríamos
157 executá-la. Por fim ressaltou que, se caso deixássemos a conferência para um ano de eleição,
158 sugeriu deixar para o próximo governo fazer.

159 O Presidente Juvenal Araújo ressaltou que desde o início, a ideia é compartilhar e traçar estratégias
160 junto com o Conselho. A conselheira **Ieda Leal – CUT**, ressaltou com o CNPIR não tinha o papel
161 de atrás de dinheiro nenhum, e que esse problema era do governo. Ieda diz: “Se não tem dinheiro
162 tem que arrumar, se não tem como arrumar tem que ter uma decisão política do governo dizendo:
163 “não consigo, fracassei”. A conselheira ressaltou que sem estrutura, ninguém consegue fazer nada.
164 Ieda pediu para que o convidado Sr. Antônio Cosme do Estado da Bahia (SEPROMI), pudesse dar o
165 seu depoimento, pois os estados já estão organizando suas conferências, e aguardam resposta da
166 SEPPIR. A conselheira governamental da Casa Civil Sra. Manoela, falou aos conselheiros que a
167 Casa Civil já havia recebido a solicitação da SEPPIR, de proposta de alteração do decreto.
168 Ressaltou que será analisado do ponto de vista jurídico e político. A Conselheira também deixou
169 clara a sua preocupação com o tempo, pois o decreto estabelece a realização da conferência para
170 novembro sendo que já estamos praticamente em maio. O Conselheiro Ualid Rabah – FEPAL,
171 ressaltou o retrocesso e o desprestígio total do Estado Brasileiro, não ter tem como sua política de
172 Estado, a Promoção da Igualdade racial. Ressaltou, que isso que não acontece com as outras
173 políticas a exemplo da educação e saúde, e que nunca deixarão de realizar suas conferências por
174 causa de contingenciamento. O conselheiro Nuno Coelho – APN's, sugeriu a proposta do pleno
175 emitir uma resolução para elencar a necessidade da realização da conferência.

176 O Presidente Juvenal Araújo, colocou a proposta do Conselheiro Nuno em votação. A proposta foi
177 votada e aprovada por unanimidade, com o objetivo de realizar uma exposição de motivos para
178 enviar ao Presidente da República.

179 Logo prosseguiu-se a pauta, para apreciação da minuta do regimento interno da quarta Conferência
180 elaborada pelo grupo de trabalho eleito pelo pleno, tendo destaques importantes a serem discutidos
181 o temário, objetivos, subtemas e número de delegados.

182 No dia 25 de abril, a Secretaria Executiva Gabriela Cruz abriu os trabalhos, e como o Presidente
183 Juvenal estava ausente, cumpriu-se a regra regimental do conselho para composição da mesa
184 diretora a representação da sociedade civil na composição da mesa diretora. O Conselheiro Ualid
185 Rabah – FEPAL, foi escolhido para compor a mesa diretora e seguir os trabalhos. Logo no início
186 dos trabalhos, a Conselheira **Ieda Leal – CUT, relatou o fato ocorrido com a Conselheira**
187 **Dandara Tonantzin – ENEGRECER**, onde a mesma foi discriminada e agredida, e teve seu
188 turbante arrancado por dois homens que a agrediram, e que jogaram o seu turbante no chão e
189 tocaram cerveja em cima. Diante desse fato, a Conselheira Iêda Leal – CUT pediu para que o pleno
190 aprovasse uma moção de apoio a Conselheira Dandara, repudiando os atos racistas praticados
191 contra a Conselheira. Ieda também solicitou uma moção de apoio ao caso Rafael Braga, além da
192 importância de emitir a exposição de motivos ao Governo para a realização da IV CONAPIR.

193 O Conselheiro Arilson – CONAQ, solicitou também uma moção de repúdio ao Deputado Jair
194 Bolsonaro, pelos ataques racistas e preconceituosos a comunidade quilombola. Os conselheiros
195 Nuno e Milton Rede Afro LGBT, disseram que nesse caso caberia uma recomendação do Conselho
196 para Instituição de Ensino. O conselheiro Henoc Neves – Tikuna Içaense, pediu para inserir nas
197 deliberações do pleno, a carta de repúdio dos povos indígenas quanto ao decreto nº 9.010.

198 Todas as propostas das moções e recomendações, e a exposição de motivos foram votadas
199 favoravelmente, e os conteúdos apreciados e deliberados para os devidos encaminhamentos. O
200 Conselheiro governamental Sr. João Mendes da Secretaria de Governo, sugeriu que a moção da
201 Conselheira Dandara, também fosse encaminhada ao reitor da Universidade, e ao NEAB da referida
202 Instituição. O Conselheiro Nuno e o Conselheiro João Mendes, também sugeriram que a moção de
203 apoio ao caso Rafael Braga fosse encaminhada a OAB do Rio de Janeiro, tendo em vista que há
204 questões ainda muito obscuras que precisam ser elucidadas em relação ao processo do Rafael,
205 inclusive em relação à questão dos patronos dele no processo.

206 O Conselheiro Nuno Coelho – APN's, relatou que encaminhou um requerimento a mesa na data do
207 dia 24 para apreciação do pleno, trata-se de aprovação de uma nota pública de manifestação do
208 CNPIR, contra a oferta da Base de Alcântara aos Estados Unidos da América. Conforme
209 informações contidas na nota, o governo brasileiro convidou os Estados Unidos a usarem as
210 instalações de Alcântara no Maranhão para lançar satélites no 1º Encontro Formal do Diálogo de
211 Indústria e Defesa Brasil. O município de Alcântara no estado do Maranhão, é um território étnico,
212 com aproximadamente 70% dos 22 mil habitantes de Alcântara vivem na área rural. Boa parte em
213 comunidades quilombolas com reconhecimento e demarcação de 85 hectares oficialmente
214 certificadas pela Fundação Palmares, e diante do exposto, e por ser um território quilombola, a
215 proposta do Conselheiro Nuno, é que o pleno, tornasse público o seu total desacordo com a proposta
216 encaminhada entre as partes citadas, entendendo que fere ordenamento jurídico brasileiro e às
217 normas internacionais de direitos humanos que os protegem. Conforme a nota, o não cumprimento
218 dos acordos, o deslocamento forçado, a destruição das identidades étnicas, a devastação dos
219 recursos naturais, o desrespeito aos seus direitos violam os direitos humanos da comunidade
220 quilombola, a constituição e os tratados internacionais por parte do estado brasileiro e as normas
221 contidas no estatuto da igualdade racial, bem como a Constituição Federal. O Conselheiro Nuno,
222 ressaltou que o governo atual retomou as tratativas para transformar o município de Alcântara em
223 uma base naval dos Estados Unidos.

224 Diante de alguns questionamentos sobre o não conhecimento do caso, a Conselheira Carolina
225 Nascimento da Fundação Palmares, pediu para que pudesse realizar um levantamento entre
226 Palmares e SEPPIR, para apurar como é que estão as comunidades quilombolas com relação a esta
227 questão, e se manifestar formalmente sobre o caso na próxima reunião do Conselho.

228 A Secretária Executiva Gabriela Cruz, foi favorável a sugestão trazida pela conselheira, e sugeriu
229 aos Conselheiros, para que fizesse primeiramente um levantamento sobre o acordo que está sendo
230 feito, e se o acordo pode afetar os direitos das comunidades quilombolas, e assim trazer para o
231 pleno na próxima reunião, uma posição do governo. O conselheiro Arilson – CONAQ, ressaltou que
232 as comunidades quilombolas vem sendo afetadas por esse movimento da Base Alcântara desde que
233 ele foi instalado, e que o objetivo deste projeto é retirar estas comunidades do local. O conselheiro
234 Nuno – APN's, propôs que a Fundação Palmares e SEPPIR, também fizessem uma agenda técnica
235 in loco para ver o que está acontecendo com estas comunidades, além disso trazer um
236 posicionamento político sobre o caso. O Conselheiro Ircílio – MCTIC, disse ser muito prematuro
237 debater esse assunto uma vez que os conselheiros não tem conhecimento detalhado sobre esse
238 acordo. Ressaltou que para fazer uma moção política com relação ao acordo, teríamos que saber
239 com detalhes sobre o que se trata e como estava este processo. Diante de alguns questionamentos
240 dos Conselheiros em não conhecer o assunto, a proposta da Secretária Executiva Sra. Gabriela
241 Cruz, foi de que na próxima reunião ordinária, a SEPPIR e a Fundação Palmares, poderiam trazer
242 informações detalhadas sobre esta situação, para que os Conselheiros tomem conhecimento sobre o

243 assunto, e assim façam uma manifestação sobre o caso. O Conselheiro **Nuno Coelho – APN’s**,
244 **relatou que** como proponente do requerimento, solicita que seja convidado um representante do
245 ministério das relações exteriores, e o ministério da ciência e tecnologia, envolvidos nesse processo,
246 para que pudessem fazer uma explanação dos dois ministérios na próxima reunião do CNPIR. A
247 proposta foi posta em votação, e aprovada pela maioria dos presentes.

248 **A Conselheira Carolina** – Fundação Palmares, relatou que, independente da proposta apresentada
249 e aprovada, a Fundação Palmares tem o compromisso de apurar a situação. Ressaltou que a
250 Fundação Palmares tem um escritório na regional Maranhão, e que fará contato com representante
251 para apurar a atual situação.

252 Após o encaminhamento sobre a Base de Alcântara, todos os conselheiros votaram para que a pauta
253 do período da manhã fosse encerrada com a leitura da nota de repúdio contra o Deputado Jair
254 Bolsonaro. A presente moção foi lida, apreciada e aprovada por todos os conselheiros. No período
255 da tarde, a pauta foi apreciação, análise e considerações nos destaques realizados no regimento
256 interno da IV CONAPIR.

257 Verificado o quorum favorável, a Secretária Executiva Gabriela Cruz, deu início aos trabalhos, e
258 enfatizou que após a apreciação do documento, o mesmo seria enviado para Subchefia de Assuntos
259 Jurídicos da Casa Civil, e após retornaria ao Pleno para ser deliberado.

260 A assessora Técnica – SEPPIR, leu os destaques no artigo 5º, que tratava das datas de realização da
261 Conferência, no que tange aos dias de realização, se seriam dois ou três dias. O Conselheiro Nuno –
262 APN’s, ressaltou que estamos trabalhando com vigência do decreto publicado, e se, caso ocorresse
263 uma possível adiamento da conferência poderia corrigir esta data. Ressaltou que no processo do que
264 o presidente Juvenal havia dito na data de ontem, estaríamos trabalhando com a vigência deste
265 decreto. Ressaltou que deveríamos convocar todo mundo para chegar dia 4 e abrir dia 5 de manhã,
266 domingo.

267 A assessora Técnica da ASASF, Sra. Andréa Valentim, leu o destaque do artigo 9º da página três,
268 seção 1, que tratava da comissão organizadora nacional: “a comissão organizadora nacional será
269 composta pela Ministra do Estado Chefe dos Direitos Humanos, presidente do CNPIR e por 44
270 membros, sendo 22 representantes da sociedade civil, membros do CNPIR e 22 integrantes
271 membros governamentais, aqui tem um destaque da conselheira Ana”. A Conselheira Ana Karyna
272 Sobral – Ministério do Planejamento, destacou a participação de todo o Pleno na Comissão
273 Organizadora, relatou que é complicado ter essa grande quantidade na Comissão Organizadora
274 pelas diversas atividades e compromissos laborais junto aos Ministérios.

275 O Conselheiro Luiz Carlos de Lima – Ministério da Integração, também realizou destaque neste
276 item, pois relata que uma Comissão Organizadora, pois a função da Comissão é decidir, reunir e
277 assim, com 44 membros ficaria inviável de trabalhar com efetividade. O Conselheiro ressaltou que
278 teríamos que trabalhar com os moldes da III CONAPIR, para dar praticidade no Projeto da
279 Conferência.

280 **A Conselheira Iêda Leal – CUT, Relatou que na última CONAPIR, haviam 14 membros**, sete
281 representantes de governo e sete da sociedade civil, e devido a isso, ponderou que teríamos que
282 repensar isso no plenário, porque essa questão já havia sido aprovada pelo Conselho.

283 A Secretária Executiva **Gabriela Cruz**, ressaltou que esta proposta tinha sido apresentada pela
284 conselheira Ubiraci Matildes – FNMN, e que inclusive quando foi votada a proposta da conselheira,
285 a mesa diretora encaminhou para uma consulta jurídica para ver a viabilidade dessa deliberação
286 feita pelo pleno. Diante desse encaminhamento, a consultoria jurídica da Casa Civil, se manifestou
287 pelo critério da razoabilidade e da discricionariedade, pois para que seja uma comissão
288 organizadora de 44 membros implicaria na questão orçamentária. Conforme parecer da SAJ, esta
289 comissão terá de se reunir, e isto implica no orçamento da SEPPIR no cenário atual apresentado. O
290 Conselheiro Adeildo – MNU, ressaltou que este processo já havia sido votado, mas com a nova

291 situação trazida pela mesa, seria necessário ter atenção com a situação financeira apresentada.
292 Adeildo ressaltou que com a nova situação apresentada, teríamos que realmente refazer o processo,
293 concordando de fazer uma reavaliação em função do orçamento.

294 O Conselheiro **Arilson Ventura** – CONAQ, disse que essa comissão organizadora da CONAPIR
295 anterior, teve uma ou duas reuniões no máximo, e que quando pensaram nessa comissão
296 organizadora composta por todos os conselheiros do CNPIR, não pensaram na questão de se reunir,
297 e sim na representatividade que esses conselheiros teriam no processo conferencial. O Conselheiro
298 falou: “por exemplo nas conferências municipais, nas conferências estaduais para se representar lá
299 como comissão organizadora da CONAPIR, levando em consideração que até chegar a conferência
300 nacional nós temos ainda três reuniões ordinárias. E essa comissão organizadora pode se reunir
301 nessas ordinárias. Nós temos ainda, estamos no mês quatro, nós temos ainda o mês seis para fazer
302 reunião, o mês oito e o mês dez. A conferência nacional vai acontecer no mês onze. E vocês que
303 fizeram parte da comissão organizadora anterior vai se observar que essa comissão organizadora
304 não tem essa necessidade de estar se reunindo sempre. Na verdade vai se ter uma coordenação
305 executiva que vai ter toda a prerrogativa para poder tocar as coisas que vão acontecer. E na verdade,
306 essa comissão organizadora pensou-se que todos os conselheiros do CNPIR pudessem representar
307 nessa comissão organizadora. Eu não vejo problema nenhum para que todos estejam como
308 comissão organizadora, não se vai ter prejuízo nenhum por isso, porque vai se observar que não vai
309 ser preciso talvez em nenhum momento se reunir a comissão organizadora para poder tratar de
310 assuntos tão urgentes assim levando em consideração que aprovado aqui esse regimento hoje, da
311 conferência, publica-se para dar condição para que as municipais possam realizar suas conferências,
312 para que as estaduais possam realizar as conferências e as coisas vão acontecer. Para que a comissão
313 organizadora vai ficar se reunindo de vez em quando, para quê? Precisamos sim quando chegar a
314 conferência nacional aí sim a comissão estará se articulando, se movimentando para poder dar a
315 notoriedade à conferência nacional”.

316 O Conselheiro Arilson Ventura – CONAQ, também ressaltou que na Comissão Organizadora, só
317 cabe aos titulares, e que os suplentes só substituem os titulares em sua ausência. A Conselheira
318 Dandara Tonantzin – Enegrecer, ressaltou que além da escolha dos 44 membros para Comissão
319 Organizadora, já haviam escolhido os nomes para compor a Coordenação Executiva e as
320 subcomissões com o encaminhamento dos 5 nomes da sociedade civil para cada comissão. A
321 Conselheira pediu para ter conhecimento sobre o parecer da SAJ, e ressaltou que a responsabilidade
322 dessa conferência, não era da SEPIR e sim do CNPIR. A Secretária Executiva Gabriela Cruz,
323 ressaltou que tanto a Comissão Organizadora, quanto a Coordenação Executiva e as Subcomissões
324 tem funções específicas, e que em todas as Conferências passadas as mesmas contaram com a
325 participação de Conselheiros Governamentais e funcionários da SEPIR, e que cada um desses
326 grupos exercem suas funções específicas.

327 A Conselheira **Carolina Nascimento, da Fundação Palmares**, ressaltou que o parecer da
328 Consultoria Jurídica deixou claro que antecipamos uma decisão que teria que ser regimental. A
329 inviabilidade para que a comissão organizadora seja todo o pleno, seria se nós tivéssemos um
330 cronograma extenso de reuniões da comissão organizadora, e se fosse para otimizar nas reuniões
331 bimestrais a Conselheira achou viável ser todo o pleno. A Assessora Técnica Andréa Valentim,
332 lembrou que por ser um caso atípico ao das outras conferências, foi acordado que a deliberação feita
333 pelo Conselho para a Comissão Organizadora ser todo o Pleno, iria ser encaminhada para
334 consultoria jurídica da Casa Civil.

335 **O Conselheiro** Adeildo Araújo, Movimento Negro Unificado, falou que o companheiro quilombola
336 Arilson Ventura – CONAQ, havia colocado muito bem a realização de três ordinárias e que nessas
337 ordinárias, seria viável, um dia ser das comissões e o outro dia fosse da comissão organizadora.

338 Também foi feito um destaque no artigo nº 10 pelo Conselheiro Luiz Carlos de Lima – Min.
339 Integração, no que trata das atribuições da Comissão Organizadora. O Conselheiro sugeriu que a
340 comissão organizadora se reunisse única e exclusivamente coincidindo com as reuniões

341 preexistentes para o conselho. Luís Carlos ressaltou que desta forma, se contemplaria as orientações
342 elencadas no parecer da SAJ.

343 **No Regimento Interno foram feitos destaques em artigos importantes, como no artigo nº 11,**
344 no artigo 16, 19 e 20. No artigo nº 20, a Conselheira Mãe Tuca – Casa de Cultura Ile Asé
345 D’Osoguiã, fez um destaque importante no que trata na composição dos 44 delegados natos,
346 membros titulares. Mãe Tuca ponderou que é suplente, e que sua titular nunca comparece as
347 reuniões, e que não entregou nenhum documento para formalizar a desistência da
348 representatividade. Mãe Tuca ressaltou que o problema maior não é a suplência e sim a
349 representatividade de matriz africana. A Conselheira pediu para que o conselho pudesse tomar
350 providências, para que o segmento não ficasse de fora. O Conselheiro Nuno – APN’S, manifestou-
351 se dizendo que esta é uma questão regimental, e que deveria constar em ata, ressaltando que sua
352 titular não comparece as reuniões desde maio no ano passado, pois passaram-se duas reuniões
353 ordinárias e uma extraordinária e ela não participou. O conselheiro Nuno, disse que deveríamos
354 executar o regimento e realizar a substituição, pois a Conselheira Mãe Tuca necessita de uma
355 definição, sendo que a representatividade não é do Conselheiro e sim da Entidade.

356 A Conselheira Maria Auxiliadora do MEC, ponderou que estava representada no CNPIR desde que
357 ele foi criado e sempre foi suplente, e que se mantivesse o que estava no regimento da CONAPIR
358 sobre a não participação dos suplentes como delegados natos, estaria de fora. Diante destas
359 manifestações, a Assessora Técnica Sra. Andréa Valentim, sugeriu que a redação no regimento
360 ficasse como delegados da Conferência, os 44 delegados natos, membros titulares do CNPIR e na
361 ausência dos titulares os seus suplentes. O que foi acordado por todos os conselheiros.

362 No Artigo 21, o conselheiro Arilson Ventura – CONAQ, destacou a participação das delegações,
363 pois as mesmas deveriam propiciar a participação dos diversos segmentos, pediu para inserir para
364 que nas conferências estaduais priorizar a participação de comunidades tradicionais de matriz
365 africana, incluir também ciganos, quilombolas e indígenas.

366

367 No parágrafo quinto, o Conselheiro Luis Carlos do Ministério da Integração, pediu para que além
368 das pessoas com deficiência, a lista de delegados pudesse ter o cuidado de especificar os delegados
369 inscritos, pois na outra conferência tivemos um transtorno com a participante Silvia que não teve
370 seu nome social incluso nas especificidades.

371 No artigo 23, tratou-se dos convidados para a quarta conferência nacional de promoção da
372 igualdade racial pela comissão organizadora nacional que ficou por definir, sendo que, sobre a
373 participação dos ouvintes, os mesmos irão arcar com as suas despesas e não terão direito a voto.

374 No capítulo que tratou os objetivos, a Conselheira Ana Karyna do Ministério do Planejamento,
375 apresentou uma proposta relacionada ao tema da Conferência, após alguns ajuste e análise da
376 proposta, a mesma foi aprovada pelos Conselheiros.

377 Após os Conselheiros apreciarem o parecer da SAJ, sobre a composição da Comissão
378 Organizadora, que sugeriu pelos critérios de razoabilidade e da discricionariedade, e que isso
379 implicaria em orçamento, a proposta foi colocada em votação.

380 A Sra. **Andréa Valentim**, pediu para mesa dar prosseguimento à votação do artigo nono da seção 1
381 da comissão organizadora nacional no qual o texto dizia: “a comissão organizadora nacional será
382 composta pela Ministra Chefe de Estado dos Direitos Humanos e Presidente do CNPIR, e por 44
383 membros sendo 22 representantes da sociedade civil membros do CNPIR e 22 integrantes membros
384 governamentais.

385 Diante disso, a Secretária Cruz, manifestou-se para apreciação da proposta trazida pelo Conselheiro
386 Arilson Ventura – CONAQ, da comissão organizadora se reunir nas reuniões ordinárias bimestrais
387 para ajustar o presente artigo.

388 O Conselheiro Ualid Rabah da FEPAL, representando a mesa diretora na reunião, disse que este não
389 um óbice real, e que se sentia incomodado com a ideia de uma comissão organizadora monumental,
390 multitudinária de 44 membros. Ressaltou que a ideia que o Arilson Ventura coloca de que
391 formalmente permanece dessa maneira e politicamente se convencionou de que a reunião aconteceria
392 quando fossem convocadas as três reuniões ordinárias do conselho. Ressaltou que coordenação e as
393 subcomissões desempenhariam diversas funções importantes. O conselheiro ressaltou poderia se
394 manter o que já havia sido decidido que foi decidido, e que teríamos dois caminhos, um de manter
395 os 44 membros na proposta do Arilson Ventura, outro de escolher os 14 membros em função do
396 alerta e da realidade, e das dificuldades apresentadas pela SEPPIR.

397 Foram apresentadas duas propostas, uma para que a Comissão Organizadora fosse composta por 14
398 membros como nas conferências anteriores, e a outra proposta apresentada pelo Conselheiro Arilson
399 – CONAQ, que era de manter os 44 membros na comissão organizadora, e que esta comissão se
400 reunisse nas reuniões plenárias bimestrais.

401 A proposta do Conselheiro Arilson Ventura da CONAQ, foi posta em votação, e aprovada por 10
402 votos a 9, foram mantidos os 44 membros na Comissão Organizadora, e com o acordo de reunir a
403 Comissão Organizadora nas reuniões ordinárias bimestrais do Conselho.

404 Após a análise, ajustes e aprovação nos destaques realizados no Regimento da IV Conferência, a
405 Secretária Executiva Sra. Gabriela Cruz, destacou que o regimento seria encaminhado para análise
406 jurídica da Casa Civil, e que retornaria ao Conselho para apreciação e deliberação em reunião
407 extraordinária. Também ressaltou que tanto a exposição de motivos encaminhada pelo Ministério
408 dos Direitos Humanos anteriormente, quanto a encaminhada pelo Conselho nesta presente reunião,
409 para a Presidência da República, seriam analisadas e devolvidas com os devidos pareceres sobre a
410 situação apresentada. Gabriela também ressaltou que o regimento interno da IV CONAPIR,
411 necessitava definir alguns itens que ficaram em aberto como por exemplo o número de delegados.

412 Após algumas considerações dos Conselheiros em relação a data da reunião extraordinária, ficou
413 acordado que a reunião seria convocada assim que tivéssemos a resposta da Presidência, diante da
414 situação apresentada. A secretária-executiva, ressaltou que o processo está sendo acompanhado pelo
415 Presidente Juvenal, para que tivéssemos a devolutiva o mais breve possível. A Secretaria executiva
416 agradeceu todos os presentes, e deu-se encerrada a reunião ordinária.